

PMDB exige secretaria; PFL decide não compor a Mesa

Da Sucursal de Brasília

O PFL não terá representante na Mesa do Congresso constituinte. Esta decisão, comunicada ontem à imprensa pelos líderes do partido no Senado, Carlos Chiarelli (RS), e na Câmara, José Lourenço (BA), foi tomada depois que a bancada do PMDB resolveu, por 130 votos contra 74 (um em branco), não ceder o cargo de 1º secretário da Constituinte aos pefelistas. Os peemedebistas argumentam, em defesa dessa posição, que pela proporcionalidade da representação na Constituinte (305 parlamentares do PMDB e 131 do PFL) cabe aos pefelistas a 2ª secretaria e a 2ª vice-presidência.



Ao decidir não ceder a 1ª secretaria, a bancada do PMDB votou contra a posição dos líderes do partido na Constituinte, senador Mário Covas (SP), no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP), e na Câmara,

deputado Luiz Henrique (SC). Na reunião que durou das 10 às 18h, os líderes defenderam um acordo com o PFL, que receberia assim a 1ª secretaria. Logo às 9h, tomando café da manhã juntos, os líderes do PMDB, em conversa com Chiarelli, prometeram defender o acordo junto à bancada.

A posição dos líderes foi contestada durante a reunião do PMDB pelos deputados Marcelo Cordeiro (BA) e José Tavares (PR), ambos candidatos à 1ª secretaria. Cordeiro ganhou a indicação do partido ao cargo por uma diferença de apenas dois votos: ele recebeu 113 votos, contra 111 dados a Tavares. Os dois postulantes argumentaram que ceder a 1ª secretaria ao PFL seria presentear o adversário com um importante instrumento político. De acordo com o regimento interno, as atribuições mais importantes do 1º secretário são fazer as chamadas nas votações nominais, despachar o expediente e redigir a correspondência oficial do Congresso constituinte.

O senador Affonso Camargo (PMDB-PR) manifestou-se contra a entrega da 1ª secretaria ao PFL com

o argumento de que o cargo é uma "função chave". A mesma opinião foi defendida pelo deputado Del Bosco Amaral (SP).

O senador Mário Covas disse às 18h, ao final da reunião do seu partido, ainda acreditar numa negociação com o PFL em torno da 2ª secretaria e da 2ª vice-presidência. Ele não quis antecipar como o PMDB distribuirá estes cargos, caso o PFL mantenha a posição de não aceitá-los. O candidato do PMDB a 1º secretário, Marcelo Cordeiro, disse também acreditar no "entendimento" com o PFL. Ontem às 19h, Lourenço propôs a Covas que a perda da 1ª secretaria pelo seu partido fosse compensada por uma representação maior do PFL nos cargos de direção das comissões. Covas respondeu a Lourenço que não cabe compensação porque a Mesa e as comissões são esferas distintas.

O PFL exerce no Senado a 2ª secretaria e a 2ª vice-presidência. São 45 senadores peemedebistas contra quinze pefelistas. Na Câmara, onde o PMDB tem 260 deputados e o PFL 116, os pefelistas têm a 1ª vice-presidência e a 2ª secretaria.

Partidos podem se recompor nas comissões

Da Sucursal de Brasília

A falta de acordo entre PMDB e PFL em torno dos cargos na Mesa da Constituinte poderá ser compensada brevemente, disse ontem em Brasília o líder do governo na Câmara dos Deputados, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), 53. Haverá possibilidade de acordo na distribuição dos cargos de presidente e relator das comissões temáticas da Constituinte, além da entrega ao PFL da 2ª

vice-presidência e da 2ª secretaria da Mesa, afirmou Sant'Anna.

Com suas afirmações, Sant'Anna quis dizer que o PFL será suficientemente realista para não rejeitar inteiramente um acordo com o PMDB. "Um mau acordo é sempre melhor que uma boa briga", disse. Em outras palavras, não foi desta vez que a Aliança Democrática desfez-se.

Esta avaliação, coincidia com o

estado de espírito do líder do PFL na Câmara, José Lourenço (BA), no final da tarde de ontem. Abatido, ele conversava com vários deputados tentando uma saída que impedisse a derrota total de seu partido. Sua disposição, portanto, era muito diferente das declarações de guerra ao PMDB que disparou ao longo da semana, com ameaça, até, de redigir um projeto de Constituição paralelo ao do plenário do Congresso constituinte.

Sant'Anna admite dificuldades mas quer acordo para definir mandato

Da Sucursal de Brasília

O líder do governo na Câmara dos Deputados, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), 53, admitiu ontem, em Brasília, que um acordo político entre o PMDB e o PFL para definir rapidamente a duração do mandato do presidente José Sarney será sempre precário e sujeito a mudanças: "O risco é inerente à atividade política", disse às 19h. Mesmo assim, o deputado insistiu em sua tese de um "pacto" entre o PMDB e o PFL para definir o mandato do presidente.

Apesar de várias manifestações em contrário, Sant'Anna disse ontem que a maioria do PMDB ainda concorda com a tese de seis anos para Sarney, como dispõe a atual Constituição. Para ele, as declarações de deputados e senadores do partido favoráveis a quatro ou cinco anos são meramente "subjettivas".

Sant'Anna propõe que, até maio, um acordo político estabeleça o mandato do presidente Sarney, antes da tramitação dessa matéria no Congresso constituinte. A tese de Sant'Anna — que coincide com a do PFL —, é a de que o Congresso constituinte não tem poderes para mudar já a atual Constituição, preservando, portanto, o mandato de seis anos para Sarney.

PFL

O líder do PFL na Câmara, José Lourenço (BA), 54, disse ontem que concorda com a posição da bancada pefelista no Senado, manifestada em nota oficial, segundo a qual o mandato de Sarney não poder ser discutido pelo Congresso constituinte. A nota, divulgada anteontem à noite, diz que "o mandato do presidente da República é insuscetível de questionamen-

to", por estar já definido na Constituição em vigor. O senador Ruy Bacelar (PMDB-BA), 50, propôs ontem que o Congresso constituinte convoque eleições diretas para presidente 120 dias após a promulgação da nova Constituição. Para o senador, depois da promulgação, "o Brasil será outro país, e o presidente será o único mandatário da nação ainda biônico (eleito por via indireta)".

Cauteloso, o deputado Ulysses Guimarães (SP), 70, presidente do PMDB, da Câmara e do Congresso constituinte, afirmou ontem que o mandato de Sarney será decidido a partir da instalação da Comissão de Organização de Poderes e Sistemas de Governo do Congresso constituinte, na próxima semana. Mesmo assim, disse que a rápida definição do mandato "é da maior conveniência".



O líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (à esq.), conversa com Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte

Peemedebistas pressionam Covas para garantir cargos nas comissões

Da Sucursal de Brasília

Os setores "conservadores" e "progressistas" do PMDB começaram ontem a pressionar o líder do partido no Congresso constituinte, senador Mário Covas, para garantir, cada um por seu lado, o maior número possível de vagas nas duas mais importantes comissões constitucionais (serão nove) em que vai se dividir o plenário: as de Ordem Econômica e de Sistematização.

Com direito a indicar quatro representantes na Comissão da Ordem Econômica e com treze candidatos disputando essas vagas, a bancada do PMDB mineiro foi a primeira a se manifestar. Segundo o deputado Marcos Lima, 40, os mineiros querem que Covas dê mais duas vagas para o Estado nessa comissão. "Não aceitamos menos do que isso", disse o

deputado ontem. Dos treze candidatos, quatro são de centro, três de centro-direita e três de centro-esquerda. Lima disse que a maioria dos candidatos é composta de empresários.

Outro a falar ontem pelos "conservadores" do PMDB foi o coordenador da bancada do Ceará, deputado Expedito Machado, 68. Segundo ele, há mal-estar, em muitas bancadas, por causa do número de vagas que lhes foram reservadas na Comissão de Sistematização e na Comissão de Ordem Econômica. A bancada cearense, por exemplo, só pode indicar um constituinte para a Comissão de Ordem Econômica. Acabou escolhendo o deputado Gidel Dantas, 52, de centro-direita.

Já os deputados paraenses Ademar Andrade, 37, e Cássio Cunha Lima,

23, representavam as frustrações dos "progressistas". Segundo eles, a corrente está sendo esmagada, nas indicações feitas pelas bancadas estaduais para as comissões, pelo fato de ser minoritária. Ontem, os dois queriam que Covas lhes desse uma melhor representação, e lembravam que o apoio dos "progressistas" foi fundamental para a vitória do senador na disputa pela liderança do partido no Congresso constituinte.

Covas, por sua vez, negou ontem que tivesse feito qualquer acordo para a indicação de presidentes e relatores das comissões e subcomissões. Segundo ele, isso só ocorrerá depois que o partido tiver fechado suas indicações. Feito isso, o senador vai negociar com os demais partidos a escolha de presidentes e relatores, pelo critério da representação proporcional de cada legenda.